

Estâncias termais, turismo e poder público federal no Brasil

Hernán Venegas

Constitui-se o Brasil em centro americano de aquáticos e turistas que em troca do 'diamante líquido' de suas entranhas nos deixará o ouro, tão necessário à construção de nosso progresso ¹.

Aquáticos e turistas...uma “Belle Epoque”

Aquáticos e turistas foram personagens que caracterizaram a prática do turismo, no Brasil, entre os anos trinta e cinquenta do século passado. Nesse período, o termalismo, “o conjunto de atividades terapêuticas desenvolvidas, no espaço de um estabelecimento balnear e que tem como agente terapêutico a água termal” ², deixava atrás a fase de descoberta das águas medicinais como fato científico e como medicamento estudado desde as perspectivas da química e da geologia próprias do século XIX, para atingir uma segunda fase definida não apenas como terapêutica, mas como uma atividade econômica que ultrapassava os limites de um estabelecimento termal³. Essa fase do termalismo teve início no século XX, sendo os anos compreendidos entre 1930 e 1945 conhecidos como a *Belle Époque*⁴ do turismo brasileiro.

Nas próprias estâncias hidrominerais, surgiram cassinos, construções fora dos padrões da época que sediaram inúmeros shows e espetáculos destinados a uma elite beneficiada pelo Estado Novo acostumada à moda europeia. Cidade do interior mineiro atraíram não apenas os aquáticos – e a denominação persiste e foi herdada do século XIX – mas a um novo tipo, o turista, a quem se oferecem todas as informações sobre como chegar, o que fazer, o que visitar e a duração da viagem,

¹ LOPES, Renato Sousa. *Águas minerais do Brasil: comparações, valor e indicações terapêuticas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1931, p. 8.

² QUINTELA, Maria Manuel. “Saberes e práticas termais: uma perspectiva comparada em Portugal (Termas de S. Pedro do Sul) e no Brasil (Caldas da Imperatriz)”, In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Vol. 11 (suplemento 1), p. 241.

³ QUINTELA, Maria Manuel. “Saberes e práticas termais: uma perspectiva comparada em Portugal (Termas de S. Pedro do Sul) e no Brasil (Caldas da Imperatriz)”, In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Vol. 11 (suplemento 1), pp. 239-260, 2004.

⁴ A expressão “*belle époque* do turismo brasileiro” abrange um período de aproximadamente quinze anos, de 1930 até 1945 e foi desenvolvida pelo turismólogo brasileiro Dario Luiz Dias Paixão no artigo “*A Belle Époque* do turismo brasileiro: os Hotéis-Cassino na Era Getulista (1930-1945)”; In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. *Análises regionais e globais do turismo brasileiro*. São Paulo: Roca; pp. 867-883. As estâncias termais do Sul de Minas como Caxambu, Cambuquira, São Lourenço e Lambari eram, para começo dos anos trinta, objeto de matérias de diferentes publicações como a *Revista do Lloyd Brasileiro* que visava atrair, por meio dessa companhia de navegação, turistas e aquáticos. Cf. “As estâncias hydro-mineraes do Sul de Minas”, In: *Revista do Lloyd Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ano I, No. 2, Março de 1931, p. 21.

fossem eles do Rio de Janeiro, de São Paulo ou de Belo Horizonte⁵. Os cassinos da época foram incorporados por hotéis de luxo e/ou por estâncias hidroclimáticas das classes abastadas da sociedade brasileira permitindo assim o turismo se manifestar.

Em torno de estâncias como a de Araxá, São Lourenço e Poços de Caldas, todas localizadas no Estado de Minas Gerais, foram construídos majestosos cassinos a partir de finais dos anos vinte. Por exemplo, na cidade de São Lourenço, havia oito empreendimentos que exploravam o jogo com aproximadamente quarenta hotéis que atraíram a turistas argentinos, uruguaios e paraguaios além da classe média das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Destacava-se na cidade o cassino do Hotel Brasil, o mais luxuoso da cidade onde se apresentavam artistas famosos da época como Luiz Gonzaga e Francisco Alves e onde tinham lugar numerosos bailes.⁶ Outra cidade mineira, Poços de Caldas, situada nos limites dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais atraía as oligarquias do “café com leite” e ao vasto aparelho da administração pública do Rio de Janeiro dos anos vinte e trinta, inclusive, ao próprio presidente Getúlio Vargas⁷.

Os lucros obtidos pelo Palace Cassino de Poços de Caldas motivaram a construção de outros hotéis como o *Palace Hotel* e o *Thermas Antônio Carlos*, ambos em 1930.⁸ Nos anos da *Belle Époque* a cidade que tinha unicamente a função de estação de cura passou a ter uma agitação mundana propícia para a aparição do turismo onde “a elite mineira e a paulistana [que] freqüentavam o Cassino Politeama, e distraíam-se com as inúmeras atividades oferecidas para passar o dia, como os banhos, os passeios, as atividades físicas, os flertes, os concertos, as danças, as beberagens e os jogos”⁹.

⁵ Cf. MARTINS, Armindo. *Lambari, cidade de águas virtuosas. Indicações terapêuticas, excursões e guia dos turistas e aquáticos*. Rio de Janeiro: Gráfica Seguro. 1949, 133 p.

⁶ Cf. PAIXÃO, Dario Luiz Dias. “A *Belle Époque* do turismo brasileiro: os Hotéis-Cassino na Era Getulista (1930-1945)”; In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. *Análises regionais e globais do turismo brasileiro*. São Paulo: Roca, 2000, p. 876.

⁷ A dissertação de mestrado de Marcos Felipe de Brum Lopes, “Mario Baldi: experiências fotográficas e a trajetória do repórter perfeito” contem interessantes fotografia de Getúlio Vargas em Poços de Caldas duante os anos da *Belle Époque* do turismo brasileiro. Cf. LOPES, Marcos Felipe de Brum. Op. Cit., Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, 2010.

⁸ PAIXÃO, Dario Luiz Dias. “A *Belle Époque* do turismo brasileiro: os Hotéis-Cassino na Era Getulista (1930-1945)”; In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. *Análises regionais e globais do turismo brasileiro*. São Paulo: Roca, 2000; pp. 867-883. Leia-se também do mesmo autor: “A legalização dos cassinos no Brasil: uma análise comparativa das situações governamentais em outros países”, In: *Turismo Visão & Ação*, Revista de Turismo da Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI, v.1 - n.2 - p.09-22 out-1998/mar-1999

⁹ SEVCENKO, Nicolai. “A capital irradiante: técnica, ritmo e ritos do Rio”, In: MORAIS, Fernando (Org.). *História da vida privada no Brasil: República*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 565.

O Estado do Rio de Janeiro também teve grandes cassinos como o da Urca e de Copacabana, o Cassino Icaraí, em Niterói e o Hotel-Cassino Quitandinha, em Petrópolis. O mais importante deles foi o Cassino Balneário da Urca, “o preferido da elite carioca e o complemento que o Rio de Janeiro precisava para deleite do seus cidadãos e dos turistas”,¹⁰ havia sido inaugurado, em 1933, destacando-se por oferecer luxuosos shows e espetáculos nacionais e internacionais, por trazer a seu palco a figuras de renome como Carmem Miranda, *chanteuses* parisienses e orquestras como a de Isidoro Benítez, de Cuba. As noites do Cassino da Urca foram junto ao Cassino Atlântico e ao Cassino do Copacabana Palace a atração principal noturna das classes abastadas do Rio de Janeiro.¹¹ Tanto no estado de Minas Gerais, como o do Rio de Janeiro e São Paulo os jogos de azar se tornaram a principal atividade de atração, muito acima do termalismo. Porém, existe um exemplo no estado de São Paulo que singulariza os anos da *Belle Époque* do turismo no Brasil: o de São Pedro. Essa foi a única estância termal do Brasil a possuir um planejamento da atividade turística anterior à sua construção, ou seja, pensada para atrair a atenção de visitantes de todo o país e de países vizinhos¹². Contudo, nem a singularidade histórica da estância de São Pedro e nem o *glamour* e os lucros obtidos pelas estâncias aqui enumeradas foram suficientes para sobreviver à proibição do jogo de azar.

...da prática do turismo e da sua inserção no poder público federal

Antes da proibição dos jogos de azar, em 1946,¹³ existiam no Brasil 71 cassinos que mantinham ao redor de 60 mil pessoas empregadas de forma direta ou indireta.¹⁴ O decreto-lei assinado pelo Presidente Dutra marcou o fim dos anos dourados do turismo brasileiro. Não obstante, a *Belle Époque* o foi, também, porque de forma paralela e relacionada com a proliferação de cassinos nas estâncias

¹⁰ Cf. “Cassino Balneário da Urca”, *Revista Brasil: Paiz de Turismo*. Rio de Janeiro. No. III, Ano II, Fevereiro de 1935, p. 13.

¹¹ PAIXÃO, Dario Luiz Dias. “A legalização dos cassinos no Brasil: uma análise comparativa das situações governamentais em outros países”, In: *Turismo Visão & Ação*, Revista de Turismo da Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI, v.1 - n.2. Out-1998/mar-1999, p. 18.

¹² Cf. PAIXÃO, Dario Luiz Dias. “A *Belle Époque* do turismo brasileiro: os Hotéis-Cassino na Era Getulista (1930-1945)”, In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. *Análises regionais e globais do turismo brasileiro*. São Paulo: Roca, 2000; pp. 867-883.

¹³ Em 1946 o Presidente do Brasil, general Eurico Gaspar Dutra restabeleceu a vigência do artigo 50 da lei de contravenções penais, por médio do Decreto-Lei 9215 de 30 de abril de 1946, que mandava a fechar todas as casas, centro e cassinos que mantinham os jogos de azar, inclusive, aqueles que estavam amparados pela Lei das Estâncias de Águas, de 1920.

¹⁴ PAIXÃO, Dario Luiz Dias. “A legalização dos cassinos no Brasil: uma análise comparativa das situações governamentais em outros países”, In: *Turismo Visão & Ação*, Revista de Turismo da Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI, v.1 - n.2. Out-1998/mar-1999, p. 18.

hidrominerais e balneárias se encontram as origens históricas da institucionalização do turismo no Brasil.

Para os anos trinta, o Brasil tinha entrado em um processo de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais sob a presidência de Getúlio Dornelles Vargas, (1930-1937) quando se acirrou a intervenção do Estado em todos os aspectos da vida da sociedade brasileira. Era de esperar que com tal intervenção do Estado, sobretudo depois do Golpe de Estado de 1937 que instituiu o Estado Novo (1937-1945), o turismo fosse incluído na agenda do poder público federal. Segundo uma das matérias da *Revista Brasil – Turismo*, publicada naqueles anos o turismo tinha andado,

por muito tempo pessimamente encarado pelos brasileiros, tudo se limitava a esforços particulares, absolutamente desajudados das autoridades, nunca chegavam o apoio oficial para as iniciativas que surgiam (...) algumas associações beneméritas como o Touring Club do Brasil, o Automovel Club e o Centro Carioca, coordenaram, entretanto, as forças dispersas, agitando, decisivamente, a questão. Todos olharam para o turismo, então, compreendendo seu inestimável alcance (...) Faltava, porém, um apoio oficial definitivo. E este, felizmente, foi encontrado no actual governo da cidade [do Rio de Janeiro, HVM], especificamente pelo Commissario Geral de Turismo da Prefeitura, o Dr. Lourival Fontes, que vem realizando uma obra em prol de tornar a metrópole brasileira um dos maiores centros do turismo mundial estudando os modernos métodos de propaganda turística ¹⁵.

Como vemos, existiram reclames em relação com a falta de atenção dado ao turismo pelo poder público federal e, ainda mais, coincidentemente, notamos a presença do doutor Lourival Fontes na função de Comissário de Turismo da Prefeitura do Rio de Janeiro, que anos mais tarde fora o diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda do Governo Vargas. Para além desses antecedentes, importa frisarmos que a introdução do turismo na agenda do poder público federal se deu, pela primeira vez, através do Decreto-Lei 406 de 4 de maio de 1938. No conteúdo desse decreto e no subsequente Decreto 3010 de 20 de agosto, do mesmo ano, que o regulamentou, o turismo foi tratado de forma indireta e tangencial, tendo como foco principal a entrada de estrangeiros no Brasil, a venda e comercialização de passagens aéreas, marítimas e terrestres ¹⁶.

Tais decretos não reconheciam o turismo como uma atividade autônoma e careceram de uma visão geral dos desdobramentos econômicos, sociais e culturais do

¹⁵ CARVALHO, Álvaro Monteiro de (Dtor). “Um animador do Turismo”, In: *Revista Brasil-Turismo*. [Magazine Continental Fundado em 1928]. Rio de Janeiro. Nov. de 1934, Ano VI, No. 43. p. 4.

¹⁶ ARAUJO, Cíntia Rejane Moller de. *A participação societal das políticas públicas de turismo no Brasil*. São Paulo/Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2007. Tese de doutorado, p. 102.

turismo na sociedade brasileira. Porém, as disposições legais desses decretos apontaram para o começo de uma história jurídico institucional do turismo brasileiro. Rita de Cássia Ariza da Cruz entende que essas medidas legais inauguraram a “pré-história jurídico-institucional do turismo brasileiro”,¹⁷ mas por que falar em pré-história? O importante foi que o Estado, independente dos interesses que o tenham levado a legislar e seja qual for a natureza da aproximação com o turismo o incluiu na pauta do poder público a partir da década dos anos trinta do século passado.

Como podemos constatar, o turismo não escapou da centralização político-administrativo que caracterizou ao Estado Novo. Um dos interlocutores principais do poder, durante a época, foi o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que centralizou e direcionou a ideologia do Estado Novo a partir de sua criação, em 1939, até sua extinção, em 1945. Esse organismo, instituído pelo Decreto-Lei 1915 de 27 de dezembro de 1939, foi constituído pelas divisões de Divulgação, de Radio-fusão, Cinema e Teatro, Imprensa e Turismo o que respondia mais do que a estruturá-lo, a aperfeiçoar o controle na sociedade brasileira daqueles anos, daí que estivesse diretamente subordinado à Presidência da República¹⁸. No que tange à Divisão de Turismo seus objetivos eram:

Organizar e fiscalizar os serviços turísticos internos e externos (...). De acordo com o regimento do DIP, a divisão deveria organizar planos de propaganda no exterior e executá-los, organizar fichários e cadastros de informações turísticas, corresponder-se com outras organizações no plano internacional, organizar e divulgar material de propaganda turística sobre o país¹⁹.

Constatamos, nesses objetivos, que “nem o turismo ficou de lado quando se fala em Estado Novo”²⁰, sendo um excelente motor de propaganda política da Era Vargas. Resulta-nos curioso que o primeiro diretor da Divisão de Turismo do Departamento de Imprensa e Propaganda tenha sido Francisco de Paula Assis Figueiredo, um ex-prefeito de Poços de Caldas. A ideia da criação da referida divisão de Turismo surgiu nessa cidade mineira, ícone dos anos da *Belle Epoque* do turismo

¹⁷ CRUZ, Rita de Cássia Ariza da Cruz. *Políticas de turismo e (re) ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, 1999. Tese de doutorado, p. 47.

¹⁸ Sobre o controle exercido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda nas políticas culturais durante o Estado Novo pode-se ler o artigo da especialista Lia Calabre “Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque”. In: *Revista Estudos Históricos*, Vol. 1, No. 31. Centro de Documentação e Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2003, pp. 161-181.

¹⁹ GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1990, p. 72.

²⁰ AMARAL, Karla Cristina de Castro. *Getúlio Vargas: o criador de ilusões-análise da propaganda no período do Estado Novo*. Dissertação de Mestrado, Universidade Metodista de São Paulo, 2001, p. 11.

brasileiro, quando o prefeito da cidade convidou Alzira Vargas, filha do Presidente Getúlio Vargas e auxiliar do gabinete da Presidência da República, junto a seu irmão Getúlio para uma reunião onde lhes foram mostrados mapas, folhetos, estatísticas e estudos para provar que o Brasil estava perdendo uma fonte inestimável de renda. Segundo o depoimento de Alzira Vargas de Amaral Peixoto, na reunião celebrada, em 1939, estava presente o ator e dramaturgo brasileiro Procópio Ferreira que interveio para sugerir a construção de novos teatros para ampliar o meio artístico do país, em grande parte, associado à proliferação de cassinos em estâncias hidrominerais e balneárias ²¹. Assim, uma das estâncias hidrominerais brasileiras esteve relacionada com o surgimento da Divisão de Turismo dentro do Departamento de Imprensa e Propaganda.

Porém, a idéia que motivou a inclusão do turismo no Departamento de Imprensa e Propaganda, como uma divisão, não partia de conscientização das potencialidades do turismo para a economia do Brasil, mas para perpetuar a imagem de Getúlio Vargas e do Estado Novo dentro e fora do país. O turismo apareceu na pauta do poder público federal pela primeira vez assentado em interesses políticos e ideológicos estado-novistas. Um dos atos legais regulatórios mais importante relacionados à Divisão de Turismo foi o Decreto-Lei 2440 de 23 de julho de 1940, que estabelecia os tipos de agenciamentos que poderiam obter registro governamental.

As agências e empresas de turismo deviam ser classificadas e obter um registro padrão, além de fazer um depósito no Tesouro Nacional para assegurar seu negócio. Elas deveriam registrar-se, na Divisão de Turismo do DIP, passando a ser classificadas em: agências de viagens e turismo, agências de turismo e companhias e agências de navegação e de passagens ²². O transcendente, nesse decreto, foi que o turismo, ainda que policiado e em longe de ser concebido como um setor da economia, foi o objeto principal da legislação e, não, a diferença dos anteriores decretos – decreto-lei 406 de 4 de Maio e o decreto 3010 de 20 de agosto, ambos de 1938 – um dos assuntos legislados. Ainda a mencionada Divisão de Turismo promovia a vinda de pessoas famosas ao Brasil, nas mais variadas áreas, como o repórter Ed Sullivan, o cineasta Walt Disney e os escritores Alice Hager e Stefan Sweig; entre

²¹ PEIXOTO, Alzira Vargas de Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1960, pp. 360-361.

²² FERRAZ, Joandre Antônio. *Ordenação jurídica do turismo*. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado, 1983, p.185..

outros²³. A citada divisão também controlava o incentivo à construção de hotéis²⁴ visando atrair turistas de diversos países contabilizados rigorosamente como o comprovam seus relatórios.

Para o primeiro semestre do ano de 1941, o relatório anual apresentado pela Divisão de Turismo à direção do Departamento de Imprensa e Propaganda contabilizava que entraram ao Brasil 1793 turistas norte-americanos, 1008 turistas argentinos, 285 uruguaios, 105 alemães e 101 ingleses. A Divisão de Turismo abria exceções para os turistas norte-americanos viajarem ao Brasil isentando-os de registros frente às autoridades do Departamento de Imprensa e Propaganda o que revela a importância desse mercado para o Brasil²⁵. No citado relatório, constatamos que a Divisão de Turismo continuava a fazer “uma intensa propaganda sendo a revista *Travel in Brazil* um dos mais interessantes veículos”²⁶ pela qualidade das matérias que promoviam a imagem do Brasil no país dos “maiores turistas do mundo”, os Estados Unidos, como explicitou o diretor da Divisão de Turismo em entrevista realizada pelo jornal *Correio da Manhã*, em 1940²⁷.

Nada melhor para disciplinar o olhar do turista norte-americano que os textos publicados sobre as catedrais do Brasil, sobre as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Petrópolis e Ouro Preto, sobre os tipos e costumes dos brasileiros, sobre estâncias hidrominerais como a de Poços de Caldas e outras tantas matérias publicadas que despontaram pela qualidade da fotografia e pelos textos de renomados intelectuais como: Mário de Andrade, Manoel Bandeira, Cecília Meirelles, Menotti Del Picchia; entre outros²⁸. A propaganda turística do Brasil também encontrou nas páginas de outra publicação, a *Revista Brasil-Turismo* seu espaço. Enquadrada no sentido nacionalista do Estado Novo, seus artigos pretenderam dar a conhecer o Brasil

²³ DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (DIP). *Relatório do Departamento de Imprensa e Propaganda. Divisão de Turismo*. 1941. Arquivo Nacional: Fundo da Secretaria da Presidência da República. Série 14. Caixa 510, p. 4.

²⁴ ARAUJO, Cíntia Rejane Moller de. *Op. Cit.*, p. 106.

²⁵ *Relatório do Departamento de Imprensa e Propaganda. Divisão de Turismo*. 1941. Arquivo Nacional: Fundo da Secretaria da Presidência da República. Série 14. Caixa 510, p. 2.

²⁶ *Idem*, p. 1.

²⁷ *Correio da Manhã*. “Turismo Americano. Palavras do Diretor da Divisão de Turismo do D.I.P. (Dr. Francisco de Paula Assis Figueiredo)”, 19 de janeiro de 1940, p. 2.

²⁸ Cf. *Travel in Brazil*. Rio de Janeiro, Ed. Departamento de Imprensa e Propaganda. Vol. 1. No. 3, 1941; Vol. 1, No. 4, 1941; Vol. 2. No. 1, 1942; Vol. 2, No. 2 1942; Vol. 2, No. 4, 1942. Algumas das matérias publicadas nessas edições consultadas [a Biblioteca nacional não possui a coleção completa, apenas os números referidos] são: *A chapel decorated by Portinari*/Mário de Andrade; *São Paulo, city of tourist*/Menotti Del Picchia; *Petrópolis: Summer capital of Brazil*/Vera Kisley; *Ouro Preto: the old Villa Rica*/ Manoel Bandeira; *The Imperial Museum e Holy-week in Ouro Preto*/Cecília Meirelles; *Bahia*/ Jose Lins do Rego; entre outras.

ao exterior que a levou a lançar um programa chamado “Pelo Brasil, através do Turismo” partindo do reconhecimento de que o turismo era visto “como sendo uma força de ordem econômico, social e cultural e por isso, um grande fator de progresso nacional, assim como um meio de comunhão internacional através das relações pacíficas de cortesia e de cooperação útil a todos”²⁹. Os exemplos anteriores nos dão uma idéia do estado das coisas em matéria de turismo, nos anos do Estado Novo, mas quais seriam as impressões dos turistas que por aqui estiveram, precisamente, naqueles anos?

Segundo depoimentos de um turista galego, José Casais, publicados no livro *Un turista en el Brasil*, de 1940, o Rio de Janeiro era uma das cidades mais visitadas do mundo cujo porto era ponto frequente de navios e seu centro sede de empresas de viagens de diversos lugares do mundo. Segundo o autor do livro, as relações, turísticas, entre as repúblicas vizinhas (Argentina, Uruguai e Paraguai) e o Brasil não se interrompiam durante todo o ano, sendo quase diárias, no inverno e na primavera, o que testemunhou ao ele ter chegado ao Rio de Janeiro em um dos cruzeiros provenientes do Cone Sul³⁰. O Rio de Janeiro foi chamado por ele “de capital turística por excelência” no qual o forasteiro era frequentemente surpreendido, ultrapassando a “emoção turística” e, também, as previsões e expectativas dos guias turísticos³¹. Dos atrativos naturais cariocas ele diz que

La ascensión al Corcovado, merece una jornada entera. Si el turista dispone de tiempo limitado, vale más que lo economice en otras visitas, pero no lo escatime en esta parte de su programa. (...) Rio posee el mejor jardín botánico del mundo. Visitar con calma este paraíso requiere muchas horas. No obstante, el turista debe conocer, siquiera someramente, una de las más preciosas maravillas de la capital (...). Dije en páginas anteriores, que la ciudad de Rio de Janeiro ofrece armonizados los paisajes del mar y de la montaña. Pocos turistas dejan de realizar la excursión conocida por ‘vuelta de la Tijuca’, tránsito de panoramas marítimos a bosques montañosos (...) La tradición cultural del Brasil es tan importante como desconocida en el extranjero. Por lo regular el turista viene a estas tierras ávido de conocer bellezas naturales, mas apenas procura los tesoros del arte, de historia, de continuada personalidad³².

A prática do turismo pelo jornalista galego não se limitou ao Rio de Janeiro, mas também visitou Minas Gerais, segundo suas palavras, “um país turístico por excelência” que podia satisfazer aos:

viajeros superficiales que se contentan con las impresiones efímeras de la belleza sensible y la de esos otros, cada vez más, que no desperdician un

²⁹ CARVALHO, Álvaro Monteiro de (Dtor). “Pelo Brasil, através do turismo”, In: *Revista Brasil-Turismo*. Magazine Continental Fundado em 1928. Ano XII, No. 65. Maio-Junho de 1940, p. 3.

³⁰ CASAIS, José. *Un turista en el Brasil*. Rio de Janeiro: Imprenta Franz Timon, 1940, p. 19.

³¹ CASAIS, José. *Op. Cit.*, p. 20.

³² CASAIS, José. *Op. Cit.*, pp. 34, 36, 38 e 43.

solo lugar de la ruta sin hacer apreciaciones de los valores espirituales del país y de sus fuerzas económicas. Este segundo aspecto del turismo contemporáneo tiene gran interés en los países jóvenes (...) En naciones jóvenes no se puede pedir prodigios históricos; sin embargo Minas contiene joyas de arte, particularmente agrupadas, como em viejos museos, en Ouro Preto, Mariana, Sabará, São João de El-Rei (...) ³³.

Além do Rio de Janeiro, as cidades históricas mineiras, as estancias hidrominerais de Poços de Caldas, Araxá, Caxambu, São Lourenço, Lambari, Cambuquira eran vistas como elementos de atração de turistas do Brasil. Pela descrição do autor, essas últimas se destacavam pelas virtudes terapêuticas de suas águas, pela paisagem natural onde estavam situadas e pelo conforto e nível de preços³⁴. Essas foram as principais impressões desse turista, no Brasil, em visita realizada no ano de 1939. Porém, o mercado espanhol, nem de longe figurava nas estratégias da Divisão de Turismo para atrair turistas ao Brasil e, sim, o mercado norte-americano, que diminuiu o número das viagens turísticas como consequência da contenda bélica. Nem mesmo os países ocidentais estavam inclinados a fazer viagens turísticas nos anos da II Guerra Mundial.

...o turismo num “hiato jurídico” (1946-1958)

Após o fim dessa contenda bélica, no Brasil, foi extinto, pelo Decreto-Lei 7582, o Departamento de Imprensa e Propaganda e, com este, a Divisão de Turismo foi transferida para o Departamento Nacional de Informações, que era subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, permanecendo junto a esse departamento durante todo o ano de 1946, quando foi, outra vez, transferido para o Departamento Nacional de Imigração e Colonização, do Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio ³⁵. Entre os anos de 1946 e 1952, os assuntos relativos ao turismo estiveram sob a tutela desse departamento. Tentativas para incentivar a prática do turismo doméstico existiram como a do deputado federal do Partido Social Progressista Jonas Correia ³⁶ que apresentou ante o Congresso um projeto de lei, em 1949, que não foi aprovado, tratando sobre a necessidade de potencializar o turismo interno, demonstrando com exemplos europeus e das nações vizinhas do Brasil a viabilidade de tal proposta.

Vale lembrar que, no ano de 1946, o General Eurico Gaspar Dutra proibiu os jogos de azar, dando assim um duro golpe ao desenvolvimento do turismo e

³³ *Idem*, pp. 146-147.

³⁴ *Idem*, pp. 147.

³⁵ ARAUJO, Cíntia Rejane Moller de. *Op. Cit.*, p. 108.

³⁶ CORREIA, Jonas. *Organização do turismo no Brasil. Discurso Projeto-Lei e sua Justificação*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, S/P. 1949. .

retardando sua evolução no Brasil. De modo geral, entre os anos de 1946 a 1952, não houve menções explícitas ao turismo nos planos do governo e, até então, a prática do turismo, no Brasil, possuía uma imagem elitista, o oposto da proposta de popularização que se esboçava em alguns países de Europa e nos Estados Unidos³⁷. Mesmo assim, o turismo continuou a ser praticado, sobretudo, por estrangeiros e, em menor medida, por nacionais, sendo o Rio de Janeiro a principal atração e o principal cartão postal do Brasil, no exterior, cuja natureza a definia turisticamente.

Os anos compreendidos, entre 1946 e 1958, têm sido catalogados pelo especialista Joandre Ferraz como um “hiato jurídico-positivo”³⁸, devido à ausência de uma abundante legislação em matéria de turismo. Contudo, existiram iniciativas como a do Conselho de Turismo da Confederação Nacional do Comércio, em 1953, que, com apoio de vários parlamentares, deu início a um conjunto de ações visando à criação de um órgão público de turismo que fosse responsável pela elaboração da política nacional de turismo. Nesse mesmo ano, foi encaminhado um projeto de lei que sugeria a criação do Instituto Brasileiro de Turismo (IBRATUR) cuja finalidade era a formulação de uma política nacional de turismo³⁹.

Poucas ações jurídicas em matéria de turismo caracterizaram os doze anos compreendidos entre 1946 e 1958 até que a Confederação Nacional do Comércio foi encarregada pelo governo de gerir um programa de cooperação com um organismo norte-americano de auxílio financeiro, o *International Cooperation & Administration*, aos países com potencialidades para desenvolver o turismo. Assim, em 1958, foi constituído um grupo de estudo conformado por técnicos brasileiros e norte-americanos que elaborou o documento *Tourism Project for Brazil* cuja primeira fase dos trabalhos deu ênfase à realização de um inventário dos atrativos culturais e naturais para desenvolver o turismo no Brasil. A segunda fase se desenvolveu nos Estados Unidos, com o objetivo de atrair aos norte-americanos para visitarem o Brasil.

...o turismo entre a comissão e a empresa.

Esse grupo se desfez na própria década de cinquenta, legando a experiência de trabalho conjunto com o mercado norte-americano e formalizando uma proposta para criar um órgão oficial de turismo em nível nacional, responsável por estimular e administrar o desenvolvimento do turismo no Brasil. Um dos dossiês de trabalho do grupo conformado foi utilizado como base pelo Presidente Juscelino Kubitschek para a

³⁷ Cf. BOYER, Marc. *História do turismo de massa*. São Paulo: EDUSP, 2003, pp. 104-105.

³⁸ FERRAZ, Joandre. *Op.cit.*, p. 188.

³⁹ ARAUJO, Cíntia Rejane Moller de. *Op. Cit.*, p. 109.

criação da Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR), em 1958, que foi a responsável pelas diretrizes que orientaram o turismo brasileiro entre 1958 e 1962⁴⁰. Criada mediante o Decreto-Lei 44 863 de 21 de novembro de 1958, a Comissão Brasileira de Turismo tinha a finalidade definida em seu artigo primeiro de:

coordenar as atividades destinadas ao desenvolvimento do turismo interno e o afluxo estrangeiro, o estudo e supervisão das medidas relacionadas com a movimentação de turistas e a simplificação e padronização das exigências e dos métodos de informação, registro e inspeção relativos aos viajantes e a seus bens, recursos pessoais, meios de transporte e hospedagem

Mais adiante, no artigo segundo, expressava que:

A COMBRATUR terá por finalidade coordenar, planejar e supervisionar a execução da política nacional de turismo, com o objetivo de facilitar o crescente aproveitamento das possibilidades do País [sic], no que respeita ao turismo interno e internacional⁴¹.

Tal política não chegou a ser formulada durante os anos de existência do órgão. Na nomenclatura desse órgão, a palavra “comissão” poderia trazer certo paradoxo devido a que tal termo, segundo Mario Carlos Beni, designa um organismo de caráter temporário que visa, em tese, à promoção turística⁴². No entanto, os objetivos pelos quais foi criada, ultrapassavam a promoção turística, sendo assim, havendo a dificuldade de todos seus integrantes se reunirem, prejudicava as tomadas de decisões no âmbito estratégico e operacional. A falta de uma mentalidade receptiva ao turismo e de sua utilidade para a vida econômica e cultural do país; a não disposição de um mínimo razoável de recursos materiais e a falta do orçamento da União para viabilizar o trabalho da COMBRATUR foram motivos mais do que suficientes para expressar a insatisfação do presidente do órgão, o engenheiro Haroldo Lisboa da Graça Couto, em carta - renúncia dirigida ao Primeiro Ministro Dr. Tancredo de Almeida Neves⁴³.

No entanto, a COMBRATUR inscreveu o Brasil, na União Internacional dos Organismos de Turismo (UIOOT), “foi responsável pela confecção do Primeiro Mapa Turístico do Brasil em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); elaborou o Calendário Turístico do Brasil de 1962 e estabeleceu a divisão turística do território nacional pelo Decreto 51130 de 3 de agosto de 1961”⁴⁴. A

⁴⁰ *Idem*, p. 110.

⁴¹ FERRAZ, Joandre. *Op.cit.*, p. 189.

⁴² ARAUJO, Cíntia Rejane Moller de. *Op. Cit.*, p. 115. Apud BENI, Mário Carlos. *Análise do desempenho do sistema nacional de turismo instituído na administração pública*. Livre Docência. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 1991.

⁴³ Carta de renúncia à presidência da COMBRATUR. Arquivo Técnico Administrativo do Instituto de Patrimônio Histórico Nacional, Rio de Janeiro/Sub-série EMPRESA. EMBRATUR, 1961-1968. Caixa 194, Pasta 16.

⁴⁴ *Idem*, pp. 3-4.

inoperância da Comissão Brasileira de Turismo se deveu, fundamentalmente, à ausência de uma estrutura adequada para cumprir seu objetivo principal: a elaboração de uma política nacional de turismo o que levou a sua extinção em 1962⁴⁵. Ainda que a COMBRATUR não tenha conseguido estruturar uma política nacional de turismo, sua existência comprovou uma mudança de perspectiva do poder público ao se referir ao turismo de uma forma mais orgânica.

Criada para suceder à Comissão Brasileira de Turismo, a Divisão de Turismo e Certames teve suas competências definidas mediante Decreto No. 534 de 23 de janeiro de 1962. Suas atribuições indicavam que essa Divisão iria executar as diretrizes traçadas pela política nacional de turismo, mais esta não foi elaborada deixando à Divisão se focar no cadastramento e fiscalização de agências de viagem existentes, na organização do Calendário Nacional de Exposições e nas negociações com grupos internacionais para a construção de hotéis e instalação de empreendimentos turísticos no país.⁴⁶ Perante a ausência de uma política nacional de turismo, a Divisão de Turismo e Certames se concentrou na promoção e na divulgação do Brasil no mercado turístico internacional.

Não sabemos exatamente a repercussão que trouxeram esses esforços de propaganda turística. Outrossim, até pessoas de lugares distantes tinham ouvido falar do Brasil e do Rio de Janeiro. Por exemplo, no “Diário de um turista apressado” – escrito pelo intelectual pernambucano Joaquim Inojosa, em suas viagens pela Europa, no começo dos anos sessenta – constatamos essa última afirmação quando o poeta e escritor pernambucano encontra com uma senhora das Filipinas que, ao ela saber que ele era brasileiro, exclamou:

Do Brasil de Carmen Miranda?...E começa a cantar: Cidade, maravilhosa!
(...) Eu já havia notado, noutras oportunidades e em viagens diversas, que o samba e o café são os melhores agentes de propaganda do Brasil. Os melhores ou, se quisermos ser extatos, os únicos⁴⁷,

Enquanto situações como essa aconteciam mundo afora, entre os anos de 1958 e até 1966, as estruturas administrativas voltadas para o turismo no Brasil geriram o setor através de ações pontuais e sem uma visão estratégica que desse ao turismo uma visão holística. Não houve, por conseguinte, uma abordagem estratégica que apontasse para uma nova fase, na gestão do turismo, o que o fez manter-se em uma posição secundária e fora do alcance dos macro-processos da economia

⁴⁵ ARAUJO, Cíntia Rejane Moller de. *Op. Cit.*, pp. 115-116.

⁴⁶ *Idem*, pp. 116-117.

⁴⁷ INOJOSA, Joaquim. “O turista, esse superficial”, In: *Diário de um turista apressado*. Rio de Janeiro: Ed. Livros Organização Simões, 1961. pp. 12-13.

brasileira aplicados desde as décadas de cinquenta e sessenta ⁴⁸. Desde 1930, até o surgimento da EMBRATUR, em 1967, a institucionalização do turismo evoluiu discretamente, estando sob a responsabilidade de diversos órgãos da administração estatal o que nos faz pensar que o turismo nunca esteve na prioridade dos governos nesse período.

A elevada “circulação da atividade turística” ⁴⁹ comprova que o turismo deveria receber mais atenção dos gestores públicos, pois, na ocasião, ainda não era um setor relevante e, por isso não gozava de prestígio no poder federal. Porém, entre os anos trinta e começo dos sessenta, a institucionalização do turismo teve uma discreta evolução, priorizando, em um primeiro momento, as agências de viagens e, posteriormente, nos anos sessenta, a hotelaria. Na verdade, antes de qualquer investimento, nessa área, a débil infraestrutura não contribuía para que o país recebesse o enorme fluxo do turismo internacional, nem era suficiente para atender o turismo interno. Entretanto, aos poucos, comprovamos a modernização e expansão do aparelho administrativo do Estado voltado para o turismo. Durante esses anos, a base da consolidação do turismo se sustentou, na construção e expansão das rodovias no país, no crescimento do setor aéreo e automobilístico, na aceleração da urbanização e na ampliação dos sistemas de comunicação ⁵⁰.

Já a necessidade de constituir um órgão que formulasse a política nacional de turismo e que concedesse incentivos fiscais para potencializá-lo deu origem, mediante o Decreto-Lei 55 de 18 de novembro de 1966, à Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e ao Conselho Nacional de Turismo (CNTur) (**Anexo II**). A conjuntura sócio-econômica do Brasil por aqueles anos influenciou em muito esses fatos. Segundo Karina Solha, no final dos anos sessenta, houve profundas mudanças no Brasil “que se refletiram no aumento da população em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro unido à melhoria da infraestrutura dos transportes, da ampliação dos sistemas de comunicação, da urbanização e do crescimento da classe média propensa a viajar, provocou uma urgência da inserção do turismo na administração

⁴⁸ Refiro-me aos planos SALTE, cujas iniciais priorizavam os setores da saúde, da alimentação, do transporte e da energia (1949-1953); o plano LAFER (1954-1956) proposto pelo senador Horácio Lafer e ao Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960).

⁴⁹ A expressão pertence à Maria Rita Cruz e expressa a ausência de uma estrutura administrativa estável no que concerne ao turismo. Cf. CRUZ, Rita de Cássia Ariza da Cruz. *Políticas de turismo e (re) ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, 1999. Tese de doutorado, p. 50.

⁵⁰ ARAUJO, Cíntia Rejane Moller de. *Op. Cit.*, pp. 119-120.

pública, considerando sua importância como atividade econômica”⁵¹. Paralelamente, o fato da EMBRATUR ter sido criada mediante um decreto-lei reflete o ambiente da época, o de um regime onde o Governo legislava de forma arbitrária, sendo que não era preciso discutir no Senado, nem aprovar no Congresso qualquer medida do Executivo, realidade essa que caracterizou a fundação da EMBRATUR e a sua forma de gestão: a centralização instaurada pelo poder público federal, marcava a atividade turística no Brasil.

Contudo, com a promulgação do Decreto-Lei 55 de novembro de 1966, o turismo brasileiro deu um salto de qualidade ainda que continuasse a aparecer sob um modelo hierarquizado e autoritário. A EMBRATUR nasceu com personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio e autonomia administrativa vinculada ao Ministério de Indústria e Comércio. Para isso, devia atuar em sintonia com as orientações do referido decreto-lei ao fomentar e financiar iniciativas, definir planos e projetos e cumprir e executar as decisões, atos, instruções e resoluções do Conselho Nacional de Turismo. Outras atribuições da Empresa Brasileira de Turismo, reguladas pelo Decreto-Lei 60224, de 1967, foram as de estudar o mercado turístico, organizar, promover e divulgar atividades relacionadas com o turismo, fiscalizar e registrar empresas dedicadas ao turismo, estudar e propor ao Conselho Nacional de Turismo os atos normativos necessários ao seu funcionamento, celebrar contratos estudos, convênios; entre outros⁵².

Tal multiplicidade de normas reguladoras da atividade turística no Brasil não foram, de modo geral, o produto de uma ação coordenada e integradora. Por exemplo, na década de 1970, segundo as considerações de Carlos Mario Beni e Rita de Cássia Cruz, os incentivos fiscais patrocinados pelo governo federal e direcionados ao turismo conseguiram estimular, sobretudo, grandes empresas hoteleiras em detrimento das empresas de pequeno porte, salvo contadas exceções como as favorecidas pelo Programa de Apoio ao Turismo Regional (PROATUR)⁵³. Essas idéias fazem concluir que foram priorizadas ações localizadas e aspectos parciais do turismo, privilegiando, por exemplo, o segmento hoteleiro e, em específico, os hotéis de quatro e cinco

⁵¹ SOLHA, Karina. “A evolução do turismo no Brasil”, In: REJOWSKI, Miriam. *O turismo no percurso do tempo*. São Paulo: Ed. Aleph, 2002. p. 132.

⁵² FERRAZ, Joandre. *Op.cit.*, pp. 204-206.

⁵³ CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. “Políticas de turismo e (re)ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil”. *Tese de Doutorado*. São Paulo: FFLCH/USP, 1999. BENI, Mário Carlos. *Análise do desempenho do sistema nacional de turismo instituído na administração pública*. Livre Docência. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 1991. Apud. ARAUJO, Cíntia Rejane Moller de. *Op. Cit.*, p. 153.

estrelas⁵⁴. E isso, por sua vez, deixava a um lado o investimento direto em infraestrutura turística nas diferentes regiões do Brasil e concentrava os investimentos em grandes centros urbanos e turísticos tradicionais como o Rio de Janeiro, impedindo assim a disseminação das atividades turísticas pelo interior do país ⁵⁵.

Também durante a década de setenta, particularmente entre os anos de 1975 a 1979, a EMBRATUR passou por uma reestruturação, criando unidades de planejamento, de investimentos, de operações, ainda que as diretorias demoraram um longo período para serem constituídas ⁵⁶. Todavia, foram publicadas outras leis – no. 6.505 e a no. 6.513, ambas de 1977 – que trataram sobre o funcionamento, fiscalização da empresas ligadas as atividades turísticas e que criavam áreas especiais e locais de interesse turístico, respectivamente ⁵⁷. Ainda, segundo Margarita Barreto ⁵⁸, foi publicada em 1977 a primeira política oficial de turismo com o título “Política Nacional de Turismo” a qual, mesmo que não fosse implantada tratou de incentivar o turismo doméstico e introduziu questões relativas à proteção dos valores culturais e naturais.

Como podemos apreciar, os exemplos anteriores , mesmo longe do ideal, evidenciam um ritmo mais profissional, orgânico e diversificado no desenvolvimento do turismo ⁵⁹, no Brasil, qualitativamente superior se comparado às experiências anteriores implantadas, nesse setor, pelo poder público federal.

Bibliografia

⁵⁴ Cf. ARAUJO, Cíntia Rejane Moller de. *Op. Cit.*, pp. 153-154.

⁵⁵ NOGUEIRA, Mário G. *Política Nacional de Turismo: Distorções e Participação*. RAM – Revista de Administração Municipal, Rio de Janeiro: v. 33, n. 178, p.72 – 81, jan./mar. 1986, p.72. Apud. ARAUJO, Cíntia Rejane Moller de. *Op. Cit.*, p. 154.

⁵⁶ Cf. BENI, Mário Carlos. *Análise do desempenho do sistema nacional de turismo instituído na administração pública*. Livre Docência. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 1991. Apud. ARAUJO, Cíntia Rejane Moller de. *Op. Cit.*, p. 155.

⁵⁷ ARAUJO, Cíntia Rejane Moller de. *Op. Cit.*, p. 155.

⁵⁸ BARRETTO, Margarita. *Planejamento e organização em turismo*. Campinas: Editora Papirus. Campinas, 2002, p. 87.

⁵⁹ Em 1973, pela primeira vez em sua história, o Brasil recebeu mais turistas do que exportou: para os 279 099 que saíram ao exterior, nada menos de 467 971 estrangeiros tiveram a oportunidade de conhecer a realidade turística do Brasil. Cf. EMBRATUR, Ministério da Indústria e Comércio. “A opção Brasil no mercado internacional”, In: *Revista EMBRATUR*. Rio de Janeiro Ano I, No. 1, Setembro-Outubro de 1974, p. 23.

- AMARAL, Karla Cristina de Castro. *Getúlio Vargas: o criador de ilusões-análise da propaganda no período do Estado Novo*. Dissertação de Mestrado, Universidade Metodista de São Paulo, 2001, p. 11.
- ARAUJO, Cíntia Rejane Moller de. *A participação societal das políticas públicas de turismo no Brasil*. São Paulo/Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2007. Tese de Doutorado.
- BARRETTO, Margarita. *Planejamento e organização em turismo*. Campinas: Editora Papirus. Campinas, 2002.
- BOYER, Marc. *História do turismo de massa*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- CALABRE, Lia. "Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque". In: *Revista Estudos Históricas*, Vol. 1, No. 31. Centro de Documentação e Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2003, pp. 161-181.
- CARVALHO, Álvaro Monteiro de (Dtor). "Um animador do Turismo", In: *Revista Brasil-Turismo*. [Magazine Continental Fundado em 1928]. Rio de Janeiro. Nov. de 1934, Ano VI, No. 43.
- CARVALHO, Álvaro Monteiro de (Dtor). "Pelo Brasil, através do turismo", In: *Revista Brasil-Turismo*. Magazine Continental Fundado em 1928. Ano XII, No. 65. Maio-Junho de 1940.
- CASAIS, José. *Un turista en el Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Franz Timon, 1940.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da Cruz. *Políticas de turismo e (re) ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, 1999. Tese de Doutorado.
- CORREIA, Jonas. *Organização do turismo no Brasil. Discurso Projeto-Lei e sua Justificação*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, S/P. 1949.
- Correio da Manhã*. "Turismo Americano. Palavras do Diretor da Divisão de Turismo do D.I.P. (Dr. Francisco de Paula Assis Figueiredo)", 19 de janeiro de 1940.
- DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (DIP). *Relatório do Departamento de Imprensa e Propaganda. Divisão de Turismo*. 1941. Arquivo Nacional: Fundo da Secretaria da Presidência da República. Série 14. Caixa 510, p. 4.
- Relatório do Departamento de Imprensa e Propaganda. Divisão de Turismo*. 1941. Arquivo Nacional: Fundo da Secretaria da Presidência da República. Série 14. Caixa 510.
- EMBRATUR, Ministério da Indústria e Comércio. "A opção Brasil no mercado internacional", In: *Revista EMBRATUR*. Rio de Janeiro Ano I, No. 1, Setembro-Outubro de 1974.
- FERRAZ, Joandre Antônio. *Ordenação jurídica do turismo*. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado, 1983.
- GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1990.
- IPHAN. Carta de renúncia à presidência da COMBRATUR. Arquivo Técnico Administrativo do Instituto de Patrimônio Histórico Nacional, Rio de Janeiro/Sub-série EMPRESA. EMBRATUR, 1961-1968. Caixa 194, Pasta 16.
- INOJOSA, Joaquim. "O turista, esse superficial", In: *Diário de um turista apressado*. Rio de Janeiro: Ed. Livros Organização Simões, 1961.
- MARTINS, Armindo. *Lambari, cidade de águas virtuosas. Indicações terapêuticas, excursões e guia dos turistas e aquáticos*. Rio de Janeiro: Gráfica Seguro. 1949.
- LOPES, Renato Sousa. *Águas minerais do Brasil: comparações, valor e indicações terapêuticas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1931.
- PAIXÃO, Dario Luiz Dias. "A Belle Époque do turismo brasileiro: os Hotéis-Cassino na Era Getulista (1930-1945)"; In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca; pp. 867-883.

QUINTELA, Maria Manuel. “Saberes e práticas termais: uma perspectiva comparada em Portugal (Termas de S. Pedro do Sul) e no Brasil (Caldas da Imperatriz)”, In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Vol. 11 (Suplemento 1).

LOPES, Marcos Felipe de Brum. Op. Cit., Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, 2010.

“Cassino Balneário da Urca”, *Revista Brasil: Paiz de Turismo*. Rio de Janeiro. No. III, Ano II, Fevereiro de 1935, p. 13.

PAIXÃO, Dario Luiz Dias. “A legalização dos cassinos no Brasil: uma análise comparativa das situações governamentais em outros países”, In: *Turismo Visão & Ação*, Revista de Turismo da Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI, v.1 - n.2. Out-1998/mar-1999, p. 18.

PEIXOTO, Alzira Vargas de Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1960, pp. 360-361.

SEVCENKO, Nicolai. “A capital irradiante: técnica, ritmo e ritos do Rio”, In: MORAIS, Fernando (Org.). *História da vida privada no Brasil: República*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 565.

Travel in Brazil. Rio de Janeiro, Ed. Departamento de Imprensa e Propaganda. Vol. 1. No. 3, 1941; Vol. 1, No. 4, 1941; Vol. 2. No. 1, 1942; Vol. 2, No. 2 1942; Vol. 2, No. 4, 1942.